

PROPOSTAS DO BLOCO DE ESQUERDA PARA COMBATER A TIRANIA DA DÍVIDA

RESOLUÇÃO DA MESA NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA | 7 JULHO 2012

A. Deliberações sobre a actualidade política

1. O Bloco de Esquerda saúda o Syriza, cujos resultados eleitorais demonstraram a recusa do povo grego em aceitar as imposições da troika e das coligações governamentais entre a direita e o PASOK, que têm imposto essa estratégia de falência do país. Este avanço eleitoral da esquerda é um sinal para toda a Europa e constitui um novo ponto de partida para a rejeição popular da austeridade. É um sinal contra o sectarismo, contra a cedência à troika, é um sinal para a dinamização da luta popular contra a tirania da dívida. É ainda um sinal da importância da luta contra a chantagem dos poderes europeus, que ameaçaram o povo grego com a expulsão do euro, o que foi recusado consistentemente pelo Syriza.

2. O recurso a um resgate financeiro por Espanha e por Chipre demonstra o agravamento da crise europeia e da pressão dos mercados financeiros contra o euro e contra as economias europeias. Fica mais uma vez demonstrado, no caso espanhol, que o buraco criado nas contas dos bancos pela bolha especulativa é o pretexto para novas medidas de austeridade contra a vida dos trabalhadores, e de novas transferências de rendimentos do trabalho para o capital. A rejeição destas políticas de austeridade é a condição de uma resposta europeia contra a crise.

Neste contexto, a proposta de Rompuy, Barroso, Draghi e Juncker no sentido de uma “união bancária e fiscal” para a próxima década, além de contornar as soluções imediatas que são imperativas, constitui uma grave ameaça contra a democracia e portanto contra a Europa. A criação de um supervisor bancário acima dos Estados e dispensando os Estados prejudica as condições de regulação pública do crédito e da actividade da banca, sem garantir novas formas de supervisão – a União Europeia continua aliás a recusar encerrar os seus offshores. Além disso, a determinação ou a correcção por entidades europeias dos orçamentos nacionais é uma violação dos poderes constitucionais dos parlamentos e, por isso, reduz a capacidade democrática de escolha orçamental e fiscal pelos povos, ameaçando por isso reduzir a democracia a uma cerimónia. O Bloco de Esquerda rejeita firmemente estas propostas, inspiradas pelo governo alemão, e que transformam os países em protectorados orçamentais.

3. A decisão do presidente francês no sentido da retirada das suas forças militares do Afeganistão sublinha o fracasso e a inviabilidade da ocupação militar deste país

pela NATO. O Bloco insiste na exigência da retirada imediata das forças militares portuguesas do Afeganistão.

4. O governo PSD-CDS está a acelerar o processo de extinção de freguesias, que se deve concluir até ao final do ano. O Bloco rejeitou o processo de extinção de freguesias sem consulta às populações e desencadeou uma campanha em favor dos referendos locais, que foi apoiada por muitas assembleias municipais e de freguesia. A MN insiste nessa proposta: sem consulta directa às populações não pode haver alteração do mapa do poder local.

5. O BE saúda a mobilização cidadã demonstrada nas marchas de orgulho LGBT. O Bloco tem-se empenhado intensamente pelo reconhecimento na lei da igualdade de direitos e continua a lutar pela eliminação da discriminação no acesso à capacidade de adopção e à procriação medicamente assistida.

6. O escândalo em torno da subcontratação e precarização de médicos, enfermeiros e outros profissionais contratados a preços de saldo, é mais um passo de uma política que ameaça a dignidade de quem trabalha e a qualidade dos cuidados prestados à população. O Bloco opõe-se a esta sangria do SNS, que beneficia os interesses privados, e solidariza-se com a luta de enfermeiros e médicos, apelando a uma mobilização ampla em defesa do serviço público de saúde, universal e gratuito.

7. A decisão do Tribunal Constitucional confirma a correcção da iniciativa de deputados que suscitaram a inconstitucionalidade dos cortes dos subsídios de férias e de Natal. Embora o TC não tenha acompanhado as razões invocadas pelos deputados e tenha mesmo aceite a aplicação destas medidas em 2012, a recuperação dos subsídios é uma derrota do governo e uma vitória para os trabalhadores da função pública e para os reformados do público e do privado.

A reacção crispada do governo deve ser assinalada. Assim como a mentira do primeiro-ministro, que afirmou que o TC tinha sugerido a extensão do corte ao sector privado. Como é evidente pela leitura do Acórdão, nada permite tirar essa conclusão, nem competiria ao TC fazer sugestões sobre a governação futura ou o que compete ao poder do parlamento. Há alternativas substanciais e consistentes, e o Bloco já as apresentou. Afirmamos por isso que deve haver um Orçamento Rectificativo para devolver já este ano os subsídios aos trabalhadores e pensionistas e que não pode haver em 2012 nenhum

corte nos subsídios do público ou do privado, ou mais aumento de impostos, porque é nos patrimónios de luxo e noutros bens de capital que deve incidir agora o esforço fiscal. Por isso, o Bloco de Esquerda considera inconstitucional qualquer novo corte de subsídios ou aumento de impostos para efeito equivalente, e defenderá os salários e pensões do sector público como do sector privado contra o roubo que o governo volta a ameaçar executar.

8. As alterações ao Código do Trabalho aprovadas pela maioria do governo, com a corresponsabilização do Presidente da República e a abstenção do PS, modificam profundamente os pilares dos direitos do trabalho. Representam um ajuste de contas com o mundo do trabalho e o mais vil ataque aos “de baixo”, que irão empobrecer cada vez mais, mesmo trabalhando. Entre os seus aspectos fundamentais estão:

– a precariedade, que é apresentada como única saída para os jovens;

– a facilitação dos despedimentos, quer através do abate do valor da indemnização, quer através da alteração do conceito de justa causa.

– a imposição de maiores horários de trabalho e bancos de horas, alterando uma regra de civilização - o tempo para viver - e passando a impor um trabalho por mais tempo com o mesmo salário, dando ao patronato o poder para por e dispor das vidas dos trabalhadores, e ainda aumentando o tempo de trabalho gratuito com o corte de feriados e dias de férias.

– o trabalho extraordinário e em dias de descanso obrigatório ou feriados, que passará a ser pago a singelo;

– o conceito de inadaptação, que será o carimbo posto pela brutalidade de um patronato que vê na crise uma oportunidade para se vingar em todos e todas quantos trabalham, rompendo com os contratos, em clara contradição com a Constituição da República,

– o ataque à contratação colectiva e aos sindicatos, apostando tudo na individualização das relações de trabalho.

– a desvalorização dos salários e a fragilização da protecção social, no desemprego, na inserção social e na maternidade.

– o agravamento da discriminação salarial por razões de género e de idade.

O Bloco de Esquerda assume a defesa dos trabalhadores contra este código do trabalho, estará na luta para impedir a sua concretização, nomeadamente através do pedido da sua fiscalização ao tribunal Constitucional, com a convicção que de que ele viola vários princípios que representam direitos tão duramente conquistados, e através do apoio à intensificação da luta de massas contra este desastre nas relações laborais.

9. A MN aprova a proposta da assembleia do Bloco dos Açores de indicação de Zuraida Soares como primeira candidata pelo círculo regional e de Ponta Delgada nas próximas eleições regionais. A MN mandata a CP para aprovar a restante lista, sob proposta da organização regional. O Bloco empenha-se numa vitória desta lista, que constitui uma alternativa para a esquerda nos Açores.

10. A MN convoca a conferência dos jovens estudantes do Bloco para 29 e 30 de Setembro, mandatando a CP para aprovar o respectivo regulamento.

B. Programa contra a tirania da dívida

11. Em resolução anterior da Mesa Nacional foram definidas as propostas do Bloco de Esquerda para uma resposta europeia contra a especulação dos mercados financeiros. Nessas propostas já foi apresentada uma estratégia para a mutualização parcial da dívida e para assegurar o financiamento às economias europeias. O Bloco mantém essa orientação. O colapso financeiro da Espanha e as ameaças sobre a Itália demonstram categoricamente que a União precisa de um mecanismo de financiamento que seja mais independente dos mercados financeiros, e esse mecanismo é a emissão de títulos europeus e a intervenção do BCE como prestador aos Estados.

Esta crise demonstra ainda a incompetência técnica e o fanatismo da orientação dos governantes europeus. Eles garantiam que nunca existiria, no quadro da moeda única, um problema de desequilíbrio como o actual, porque a economia o corrigiria automaticamente. A título de exemplo, leia-se a declaração de Vítor Constâncio, na sua tomada como governador do Banco de Portugal em 2000: “Sem moeda própria, não voltaremos a ter problemas de balança de pagamentos iguais aos do passado. Não existe um problema monetário macroeconómico e não há que tomar medidas restritivas por causa da balança de pagamentos. Ninguém analisa a dimensão macro da balança externa do Mississipi ou de qualquer outra região de uma grande união monetária”. Esta afirmação de Constâncio é totalmente desmentida pelos factos: existe um problema de financiamento, ele é uma vulnerabilidade externa e Portugal está agora sob a tutela da troika.

12. No entanto, a governação europeia tem sempre recusado um caminho europeu para uma solução consistente. Pelo contrário, tem prosseguido a ratificação do Tratado Orçamental, que constitui uma resposta autoritária à crise do euro, ao entregar à Comissão Europeia e ao BCE o controlo efectivo das escolhas orçamentais nacionais e ao proibir as políticas públicas contra-cíclicas, dada a restrição permanente do défice a níveis nunca alcançados no conjunto da Europa. Essa ratificação teve em Portugal o apoio do PS e está agora dependente, na Alemanha, do apoio do SPD e dos Verdes.

O Bloco de Esquerda votou contra esse Tratado e consi-

dera que ele constitui um ataque contra a Europa. Sem anular este Tratado e substituí-lo por instrumentos de cooperação europeia para o emprego, a União ficará condenada a mais instabilidade.

13. Existe um problema imediato de financiamento e um ainda maior problema de desequilíbrio externo da economia portuguesa (o desequilíbrio da balança de pagamentos é, na média de 2010-2011, de 7% do PIB). Esses dois problemas devem ser resolvidos.

O primeiro deve ser resolvido no plano europeu, com o financiamento pelo BCE. O segundo deve ser resolvido com a conjugação de um esforço para a anulação do desequilíbrio da balança externa e portanto da dependência estrutural da economia portuguesa. Isso exige políticas orçamentais e fiscais que promovam o investimento, as exportações e a substituição de importações, para reduzir o défice comercial (com o objectivo de o reduzir em cerca de 3,5% do PIB), bem como uma reestruturação da dívida para reduzir o seu impacto no défice da balança de pagamentos (pelo menos noutros 3,5% do PIB). Desta forma, as necessidades líquidas de financiamento devem reduzidas até próximo de zero para que a economia portuguesa e o Estado ganhem autonomia e capacidade de decisão.

14. Nesse sentido, para a redução do défice da balança de pagamentos, o Bloco propõe uma política contra a tirania da dívida, que resume os seus dois principais objectivos:

1) Portugal deve rejeitar o Memorando assinado com a troika e dar por terminadas as condições nele definidas.

O Memorando sacrifica a economia portuguesa à lei da especulação e produz uma transformação do regime económico e social que degrada os serviços públicos, a qualidade do emprego, os direitos sociais, a democracia. A rejeição do Memorando tornou-se uma questão de direitos humanos: o milhão e meio de desempregados que teremos no fim da primeira época da troika (2011-2013), ainda antes do segundo resgate, estão a ser excluídos da sociedade. O BE regista a existência de movimentos e reuniões cidadãs organizadas com o objectivo de defender a ruptura com o memorando e as imposições austeritárias da troika.

O Memorando deve ser anulado também porque a política que impõe não constitui uma alternativa para o país. As suas medidas agravam a dívida ao mesmo tempo que acentuam o desemprego e a precariedade, tornando ainda mais difícil responder à pressão da dívida crescente. As privatizações são uma enorme farsa que esconde a entrega do controlo estratégico de bens públicos a empresas estatais chinesas e angolanas. A lei dos mercados financeiros está a destruir a vida das pessoas.

2) Portugal deve reestruturar a sua dívida e renegociar as condições e prazos de pagamento, reduzindo a dívida para 60% do seu Produto.

Em 2013, a dívida pública continuará a ultrapassar os 100% do PIB; a condição de estabilidade para o futuro da economia portuguesa é, agora, a anulação de 70 mil milhões dessa dívida. Se essa reestruturação não ocorrer, a economia será insolvente e o país caminhará para a falência ou para a dependência. É portanto uma questão de sobrevivência para uns e para outros: os credores nada receberão se ocorrer a bancarrota e a economia deixará de obter financiamento, acentuando a espiral depressiva que tem como vítima os trabalhadores.

No final do ano corrente, a dívida pública reparte-se da seguinte forma: 86 mil milhões são detidos pela troika (nos seguintes valores: FMI 21, EU 40, BCE 25), 83 mil milhões estão nas mãos de investidores submetidos à lei portuguesa e outros 10 mil milhões estão subordinados a contratos segundo a lei inglesa, que é mais desfavorável. O que estes números indicam é que a troika tem absorvido uma parte importante, quase metade, da dívida que era detida por investidores financeiros e pela banca internacional.

Uma parte desta dívida é detida pelos trabalhadores e contribuintes, directa e indirectamente, e deve ser protegida: menos de 20 mil milhões desta dívida é detida por aforradores e contribuintes portugueses através de Certificados de Aforro e Certificados do Tesouro, embora outros fundos de pensões dos trabalhadores tenham ainda outros investimentos nesta dívida, que podem não ultrapassar os 10 mil milhões de euros.

Assim, a redução da dívida deve ser conduzida da seguinte forma:

a) Anulação de 50% do stock da dívida à troika e a redução dos juros a pagar a 1%, como é cobrado aos bancos pelo BCE.

No caso da Grécia, a troika aceitou o corte de 53% do valor da dívida dos privados, embora se tenha isentado de proceder a cortes no seu stock de dívida grega. Esse procedimento, em Portugal como na Grécia, deve incluir o BCE, o FMI e os fundos da EU, com condições semelhantes nos montantes.

b) Negociação com os representantes dos investidores privados, para a troca dos títulos que detêm por obrigações do tesouro a trinta anos por 50% do seu valor nominal actual, com taxas de juro indexadas ao crescimento futuro do PIB, com um período de carência até 2020.

c) Negociação com o Fundo de Capitalização da Segurança Social e outros fundos de pensões, e com os detentores de Certificados de Aforro e Certificados do Tesouro, no sentido de assegurar o pagamento do valor nominal dos seus títulos, com uma taxa de juro indexada ao crescimento do PIB, mais um prémio para promover a poupança e o financiamento nacional da dívida.

Deste modo, a dívida será reduzida substancialmente,

com perdas do capital financeiro em vez de perdas dos salários e das pensões. A reestruturação desta dívida é, assim, decisiva para a sobrevivência da economia e é plenamente justificada: ao longo das últimas décadas, a rentabilidade do capital investido na dívida portuguesa foi sempre assegurada por sacrifícios dos contribuintes. Essa época deve acabar para que a economia possa responder às dificuldades dos desempregados.

A opção é: política para o emprego ou tirania da dívida.

15. Existe ainda uma outra dívida, que é a dívida interna, que deve ser renegociada. Em particular, é a dívida que resulta dos contratos faraónicos das PPP. Desde sempre, o Bloco de Esquerda denunciou estes contratos e demonstrou que eles representavam uma vantagem exorbitante para o capital rentista, que prejudicavam os contribuintes e os utilizadores, que favoreciam a ineficiência e a corrupção. Hoje, esse ponto de vista está plenamente demonstrado. O Bloco de Esquerda tinha razão em afirmar que esses contratos eram ruinosos.

Esses contratos devem ser renegociados para anular as vantagens dos consórcios da banca e dos construtores, para reduzir os juros implícitos a valores idênticos às das condições do BCE à banca privada, eliminando ainda as cláusulas que transferem o risco de tráfego ou outro para o Estado. Essa continua a ser uma prioridade e uma exigência democrática.

A dívida ilegítima deve ser categoricamente rejeitada. Portugal não tem de pagar o que não deve. A dívida que decorre destas condições leoninas nas PPP, bem como de juros abusivos, de relações contratuais impostas, da compra de submarinos e outros actos de corrupção, deve por isso ser repudiada.

16. Finalmente, o Bloco propõe uma política nacional para o controlo do crédito. Sem ela, nenhuma política de emprego tem sucesso e nenhuma resposta aos mercados financeiros é viável. Ora, apesar de terem recebido mais de 50 mil milhões de euros em empréstimos de liquidez a 1% por três anos, a banca privada tem vindo a reduzir a criação de crédito e portanto a estrangular a economia. Se o futuro da economia depender dos interesses destes bancos, não há futuro.

Criou-se assim um ciclo perverso em que o BCE, que não pode emprestar aos Estados da União, empresta a 1% a bancos que depois aplicam o seu capital em títulos da dívida portuguesa a 10%, ou em que o Estado português empresta a 8,5% aos bancos, para recomprem a sua dotação de capital – que os accionistas privados, em quase todos os casos, se recusam a corrigir – para que depois estes bancos obtenham margens de rentabilidade sobre a dívida pública. No fim, são sempre os contribuintes quem paga.

Este ciclo deve ser interrompido. O Bloco de Esquerda propõe por isso a integração do BPI e do BCP no servi-

ço público bancário, de que já faz parte a CGD. O Estado representa já a grande maioria do capital destes dois bancos, através da injeção de mais de 5 mil milhões de euros de capital chamado “híbrido”, e a totalidade do da CGD. Se os contribuintes vão financiar esse capital, têm o direito de colocar a banca ao serviço da economia.

Este serviço bancário público deve organizar a sua rede de actividades da forma mais consistente com a promoção do crédito e a defesa dos depositantes. Deve ainda criar, a par da banca comercial, um banco público de fomento para estimular a economia e para financiar programas estratégicos de investimento na criação de emprego e na inovação.

17. A derrapagem da execução orçamental demonstrou a incompetência e o prejuízo causado pelas políticas de austeridade e de recessão. O governo que aumentou os impostos é o mesmo que vai voltar a aumentar os impostos e os sacrifícios em resposta à queda da receita fiscal. O governo que retirou os dois subsídios é o mesmo que vai continuar a reduzir salários e pensões para financiar os juros no contexto da recessão que está a agravar. O aumento do desemprego e da dívida é o resultado desta orientação. Esta política não tem saída.

À esquerda exige-se um programa corajoso de ruptura com a troika e com a austeridade e de recuperação da economia contra a tirania da dívida. O Bloco de Esquerda assume por isso a responsabilidade de lançar o debate público sobre as soluções.